

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO PORTO

Ao décimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, na Sala de Sessões no Edifício dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Segurança do Porto, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata, que dela faz parte integrante – Anexo I, tendo sido todos devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP – Câmara Municipal do Porto, Pedro Duarte cumprimentou os Senhores Conselheiros e todos os presentes.

Deu início aos trabalhos do CMS – Conselho Municipal de Segurança com a votação do primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos.

1. Votação da ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança realizada em 12 de julho de 2024.

Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião de 12 de julho de 2024.

O Senhor Presidente da CMP, Pedro Duarte disse que tomarão posse três novos membros deste CMS, que será conferida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal:

- A Senhora Vereadora do Pelouro da Coesão Social, Saúde e Proteção Civil, do Pelouro da Habitação e do Pelouro dos Recursos Humanos;
- A AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo;
- E a Direção Executiva do SNS – Serviço Nacional de Saúde.

Pediu ao Senhor Diretor Municipal da Presidência para ler a ata de instalação dos novos membros.

O Senhor Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa leu a ata de instalação:

“ATA de Instalação de Membros no Conselho Municipal de Segurança (Alargado)

Aos dezanove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, compareceram perante a Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada, a fim de serem empossados como membros do Conselho Municipal de Segurança do Porto, nos termos do disposto no artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovado em reunião pública do Executivo Municipal de 28/06/2021 e deliberado na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 19/07/2021, os seguintes novos Membros:



- A Vereadora do Pelouro da Coesão Social, Saúde e Proteção Civil, do Pelouro da Habitação e do Pelouro dos Recursos Humanos, Gabriela Loureiro Queiroz
- Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, IP), Luís Pedro Albuquerque Coimbra
- Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, Jorge Gomes da Silva Pimenta

Para constar, lavrou-se presente ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada que concede a posse, pelos empossados e por mim, Diretor Municipal da Presidência, que a redigi.”

O Senhor Presidente da CMP, Pedro Duarte agradeceu a presença de todos e manifestou satisfação por terem conseguido congregar este conjunto de entidades em torno de um tema que considera ser de preocupação comum.

Afirmou que, antes de entrar propriamente na Ordem do Dia, gostaria de manifestar o compromisso de reativar e dinamizar o Conselho Municipal de Segurança, considerando que a convocatória realizada com relativa brevidade constitui já um sinal nesse sentido. Realçou que o CMS reúne nos termos legais, não sendo uma incumbência exclusiva do Município numa versão mais restrita. Recordou que, no final do ano passado, houve oportunidade de reunir o núcleo restrito do Conselho, no qual participam o Município, a PSP – Polícia de Segurança Pública, a PM – Polícia Municipal, a PJ – Polícia Judiciária e a Capitania do Porto, reunindo-se agora a sua versão mais alargada, com a participação das diferentes entidades aqui representadas.

Referiu que esta reativação não constitui, do seu ponto de vista, uma mera formalidade, mas antes a expressão de uma vontade efetiva de ouvir e envolver os diversos intervenientes com ligação direta às matérias da segurança na Cidade. Acrescentou que todo o processo de decisão e a posterior concretização de políticas deverão envolver a Cidade e as várias formas de representação presentes neste Órgão.

Afirmou que a Cidade do Porto enfrenta desafios no domínio da segurança, salientando, contudo, que não existe um problema de violência ou criminalidade grave. Realçou que este Executivo reconhece, com satisfação, que o Porto não enfrenta níveis elevados de criminalidade grave, mas antes uma disseminação de pequena criminalidade que gera um sentimento de inquietude na Cidade, o qual pretendem evitar e combater. Referiu que a proliferação de pequenos incidentes e situações pontuais gera um contexto que acaba por comprometer a qualidade de vida das pessoas, quer de quem visita a Cidade, quer dos cidadãos do Porto.

Afirmou que gostaria que fosse combatida a degradação do ambiente urbano, para que a Cidade possa viver consigo própria, a vida em comunidade seja mais agradável e ninguém tenha medo de sair à rua.

Registou palavras elogiosas relativamente à maior visibilidade das forças policiais nas ruas da Cidade nas últimas semanas e agradeceu publicamente à PSP e à PM pelo esforço que têm vindo a desenvolver nesse sentido.

Afirmou que o trabalho que tem sido desenvolvido ao nível da videovigilância é igualmente dissuasor de comportamentos inadequados e promotor da tranquilidade que pretendem que todos sintam. Acrescentou que encontra-se em elaboração um plano de iluminação pública para a Cidade e que, neste âmbito, todos podem ajudar a identificar locais concretos, uma vez que a iluminação constitui um elemento muito importante para esse objetivo.

Referiu que pretendem trabalhar com dados mais objetivos e concretos e que, na sequência da reunião do núcleo restrito deste Conselho, decidiram contratualizar com a Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto a realização de um estudo específico e a criação de um observatório de segurança da Cidade do Porto, que permita fornecer mais informação e dados mais consistentes. Sublinhou que existem dados oficiais, mas que, por vezes, estes não aprofundam determinadas matérias, designadamente a componente das perceções relativas ao sentimento de insegurança das populações.

Realçou que não pretende desvalorizar esse sentimento, reafirmando que não existe um problema de criminalidade grave na Cidade; contudo, o sentimento de insegurança, com ou sem fundamentos objetivos, é um elemento perturbador da vida das pessoas e, por isso, deve ser estudado, avaliado e monitorizado, de forma a dispor de mais informação. Informou que quis partilhar esta matéria com o Conselho, referindo que se encontra em curso o processo concursal para a concretização da referida parceria.

Abordou a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, referindo que tem sido feito um esforço para encontrar novas respostas para este fenómeno. Afirmou que uma pessoa em situação de sem-abrigo não é, por si só, um fator de insegurança. Sublinhou que têm vindo a trabalhar intensamente com a rede existente da Cidade, designadamente uma rede de voluntariado excecional, no sentido de apoiar o mais intensamente possível estes cidadãos. Contudo, alertou que não podem negligenciar que alguns destes casos estão associados a comportamentos ilícitos, nomeadamente ao consumo de estupefacientes ilegais. Acrescentou que não podem esquecer que, por vezes, a circunstância de existirem pessoas a viver na rua inquieta-os, do ponto de vista humanista, enquanto cidadãos, no sentido de agir para ajudar essas pessoas, mas que a mera presença de pessoas a dormir na rua é também indutor de um ambiente de degradação urbana que pretendem combater. Nesse sentido, considerou ser necessário encontrar respostas adequadas.

Afirmou que têm vindo a tomar conhecimento da proliferação de casos de cidadãos a viver em condições de indignidade, nomeadamente em habitações sobrelotadas e sem quaisquer condições básicas de salubridade e de dignidade humana. Referiu que sabe igualmente que muitas destas situações ocorrem sob a cobertura de um conjunto de estabelecimentos, designadamente das denominadas lojas de *souvenirs*, que, em muitos casos, funcionam como fachadas para situações de evidente exploração humana. Afirmou que este é um tema difícil de abordar, por estar, na maior parte dos casos, correlacionado com fenómenos de imigração, sendo precisamente essas pessoas as mais vulneráveis. Sublinhou que, ao abordar esta matéria, é absolutamente irrelevante a origem ou a nacionalidade das pessoas em causa, sendo essencial



enfrentar o fenómeno que está a ocorrer. Afirmou que a CMP tem total disponibilidade para apoiar essas pessoas, quer do ponto de vista da sua integração social, quer das suas condições mínimas de vida.

Sublinhou, por fim, que existem respostas sociais que devem ser encontradas nos caminhos certos, não sendo admissível agir como cúmplices de circunstâncias inadequadas.

2) Ponto de situação do processo de Videovigilância no Porto.

O representante da PSP – Polícia de Segurança Pública, Rui Mendes afirmou que a videovigilância é um instrumento fundamental e complementar à ação presencial das forças policiais, tanto pelo efeito dissuasor que proporciona, como, na sua perspetiva, na gestão de recursos, permitindo monitorizar *in loco* as movimentações do dispositivo e gerir os recursos nos locais dos incidentes, identificando fatores de risco para o efetivo. Acrescentou que este instrumento é igualmente importante para a preservação da prova, podendo, com a experiência acumulada na utilização da videovigilância, iniciar investigações e identificar possíveis suspeitos. Referiu que, durante dois anos e meio de funcionamento, já efetuaram a preservação de cerca de 3.000 imagens relativas a crimes acompanhados pelo sistema.

Sublinhou que, muitas vezes, não é possível reconhecer com precisão, através das imagens, os autores dos ilícitos criminais, devido à qualidade das imagens ou às limitações em sede de investigação. Reforçou que a videovigilância constitui um instrumento de trabalho incontornável, do qual têm feito intenso uso.

Deu nota de que, desde o início da 1.ª fase do projeto, que abrangeu o Centro da Cidade do Porto, a PSP adquiriu experiência significativa, considerando que foi um período de aprendizagem essencial sobre o funcionamento da videovigilância, permitindo retirar ensinamentos profundos sobre a operação do sistema, a capacidade de melhoria do *software* e *hardware*, e a qualidade das imagens. Considerou que, atualmente, estão mais bem preparados para avançar para outras fases do projeto.

Sublinhou que já está tecnicamente implementada a 2.ª fase da instalação da videovigilância. Referiu que a 1.ª fase contou com 79 câmaras, estando neste momento implementadas 117 câmaras, ainda sem funcionamento pleno em termos de monitorização pela PSP, devido a questões de privacidade que precisam de ser acauteladas. Acrescentou que se espera que, a curto prazo, estas 117 câmaras estejam, do ponto de vista dos requisitos legais, prontas a operar. Relativamente à 2.ª fase, explicou que haverá um alargamento da cobertura do centro da Cidade para a zona ocidental, entre a Rua Diogo Botelho e Serralves, e para a zona oriental, na área universitária da Asprela, onde circulam cerca de 70 a 80 mil pessoas por dia. Acrescentou que também estarão cobertos Arca d'Água, a Estação de Campanhã, o Terminal Intermodal e o Estádio do Dragão.



Afirmou que, após a conclusão da 2.^a fase, será iniciada a 3.^a fase, que abrangerá a Freguesia de Ramalde. Esclareceu que se encontra concluída a fase de identificação dos *hotspots*, uma vez que a videovigilância não é instalada de forma indiscriminada, mas fundamentada nos índices criminais. Acrescentou que, brevemente, será iniciado o processo para submeter ao Ministério da Administração Interna a legalização de cerca de 50 câmaras adicionais para cobrir a Freguesia de Ramalde.

Sublinhou que, após a instalação, a videovigilância é um processo dinâmico, exigindo ajustes contínuos, incluindo visitar a 1.^a fase para melhorar a cobertura em ruas não inicialmente identificadas, otimizar locais com dificuldades de captação de imagens e reforçar zonas específicas, como a *Movida*, onde o período de cobertura noturna e a elevada circulação de pessoas exigem ajustes. Acrescentou que têm vindo a trabalhar questões de *software* e *hardware*, mas que é necessário regressar a esta fase inicial para aperfeiçoamento do sistema.

Por fim, afirmou que este resumo reflete o trabalho desenvolvido em parceria com a CMP, que tem sido um parceiro excecional na satisfação das necessidades da PSP. Sublinhou que a CMP tem suportado financeiramente a aquisição do equipamento, enquanto a PSP é o operador do sistema.

A representante da Associação de Comerciantes do Porto, Anabela Barbatto disse que possui uma proposta para submeter à consideração da mesa, a qual poderá ser analisada e posteriormente apresentada no Conselho Restrito de Segurança ou no próximo Conselho Municipal de Segurança Alargado. Sublinhou que fará chegar a proposta à mesa.

Relativamente à videovigilância, referiu que a Associação de Comerciantes adota uma posição que se enquadra na proposta de deliberação que apresentará, considerando que, independentemente do valor da videovigilância nas artérias definidas pela PSP e pela Administração Interna, existe um fenómeno que gostariam que fosse tido em consideração na definição dos locais: as artérias ligadas ao comércio.

Acrescentou que a Associação de Comerciantes celebrou já um protocolo com a PSP, com o objetivo de garantir uma polícia de proximidade junto dos comerciantes, uma linha direta para situações de assalto e uma componente dedicada à capacitação dos próprios comerciantes, através do conhecimento dos seus direitos e deveres, bem como orientações sobre como atuar durante um assalto e na prossecução das participações às entidades competentes.

O representante da Associação Comercial do Porto, Nuno Botelho solicitou que a PSP clarificasse um ponto que considera muito importante, relativo às fases do projeto de videovigilância. Referiu que tem ouvido, na Comunicação Social e em reuniões com a CMP, que a 1.^a Fase já está instalada e que a 2.^a Fase também se encontra instalada, mas ainda não está em funcionamento devido a questões burocráticas relacionadas com a proteção de dados. Manifestou interesse em saber quando a 2.^a Fase entrará em funcionamento, dado que é confrontado frequentemente com esta questão.



Afirmou que existe uma pressão significativa, uma vez que se reconhece a importância da videovigilância. Reconheceu e cumprimentou a Câmara pelo apoio financeiro na instalação das câmaras de videovigilância, mas considerou que o tempo passa e que a burocracia tem atrasado o seu funcionamento, sendo um obstáculo perante a necessidade de resposta rápida à população em matéria de segurança. Sublinhou que este CMS constitui o fórum adequado para deixar esta nota, enfatizando que é necessário atacar o problema e que a questão burocrática deve ser resolvida. Acrescentou que todos os intervenientes devem exercer pressão e colaborar para ultrapassar esta situação.

A representante do Ministério Público, Maria Teresa Tomé referiu que uma das dificuldades na utilização das imagens captadas pelos sistemas de videovigilância, como meio de prova em crimes praticados, prende-se com a falta de compatibilidade entre o sistema informático utilizado na captação das imagens e o sistema informático utilizado nos tribunais. Sublinhou que esta situação implica que seja necessário solicitar constantemente à PSP a análise das imagens, processo que, pela sua experiência, demora geralmente entre oito meses a um ano, devido ao elevado número de crimes, causando atrasos nos processos judiciais. Perguntou se existe algum protocolo com o Ministério da Justiça ou com as entidades responsáveis pela instalação destes sistemas que permita a compatibilização entre os *hardware* dos diferentes sistemas informáticos. Salientou a importância do sistema de videovigilância, por permitir a identificação de inúmeros autores de crimes, mas sublinhou que seria essencial assegurar uma maior celeridade na análise dessas imagens.

A Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Rapazote congratulou-se pelo facto de a 3.ª Fase do projeto de videovigilância já ter os locais identificados, considerando que Ramalde necessita deste tipo de equipamento há algum tempo. Salientou que, na sua opinião, este equipamento é essencial, mas não substitui o aumento do efetivo policial na esquadra de Ramalde. Perguntou quando está previsto o início do funcionamento da 3.ª Fase.

Referiu que, na Freguesia de Ramalde, vários comerciantes têm sido alvo de furtos de pequena dimensão, situação que considera preocupante. Agradeceu à CMP pelo investimento realizado neste sistema de videovigilância e sublinhou que tanto o antigo como o atual Executivo têm privilegiado a segurança, fator de grande importância para a Freguesia.

Louvou o excelente trabalho da PSP e da PM, destacando a maior presença destas forças em Ramalde.

Sublinhou, ainda, que Ramalde continua a ser a única freguesia do Porto sem câmaras de videovigilância.

O Senhor Presidente da CMP, Pedro Duarte agradeceu todas as intervenções.

Referiu que aguarda a proposta de deliberação, que será devidamente analisada e avaliada.



Mostrou-se satisfeito por existir uma relação de proximidade com a PSP e anotou as observações do Senhor Presidente da Associação Comercial do Porto acerca da necessidade de agilizar processos.

Destacou a relevância da nota deixada pela Senhora Procuradora sobre a interoperabilidade de sistemas e lamentou que esta questão ainda não tenha sido resolvida. Salientou que se trata de uma matéria que não é da competência da CMP, mas que tentará sensibilizar, influenciar e pressionar os órgãos responsáveis. Acrescentou que é possível sinalizar diretamente consigo matérias desta natureza.

Informou que irá receber, na próxima sexta-feira, o Ministro Adjunto e da Reforma do Estado Dr. Gonçalo Matias, e que abordará este tema durante essa reunião.

Afirmou que o arranque da 3.ª Fase do projeto da videovigilância será rápido, mas que, antes de avançar com todas as decisões relativamente a esta Fase do ponto de vista técnico e das próprias infraestruturas, estão a reavaliar o que existe na 1.ª Fase. Sublinhou que têm dificuldade em apontar prazos, uma vez que parte do processo depende do Ministério da Administração Interna, mas reforçou que, da parte da CMP, este assunto constitui uma prioridade.

O representante da PM – Polícia Municipal, Afonso Sousa fez a apresentação sobre o Policiamento de Visibilidade (Anexo II) e a apresentação sobre o Policiamento Comunitário do Porto (Anexo III).

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte agradeceu as apresentações efetuadas pelo representante da PM Afonso Sousa.

Solicitou à Senhora Vereadora Gabriela Queiroz que lançasse um repto ao CMS relacionado com o último ponto abordado pelo representante da PM, Afonso Sousa.

A Senhora Vereadora, Gabriela Queiroz disse que a questão do policiamento comunitário é bastante importante, não apenas na ótica do reforço da perceção de segurança e da maior visibilidade de policiamento na rua, mas também pela vertente social, relacionada com preocupações sociais adjacentes.

Referiu que a conjugação destes dois aspetos levou a Câmara Municipal a realizar um esforço adicional no reforço do mapa de pessoal. No entanto, salientou que a intenção é dar maior visibilidade a esta vertente do trabalho da PM e, para tal, criar, no seu seio uma nova Divisão, a Divisão de Policiamento Comunitário.

Explicou que o Regime Jurídico das Polícias Municipais de Lisboa e Porto é instituído por diploma legal, o qual contém, em anexo, a orgânica das polícias municipais. Acrescentou que esta orgânica não pode ser alterada unilateralmente pela CMP. Nesse sentido, afirmou que a intenção da Câmara é preparar uma solicitação ao Governo, com vista à alteração do diploma e à criação desta nova Divisão.



Referiu, ainda, que o reforço do apoio do CMS a esta proposta, ou a indicação de que poderiam transmitir ao Governo a nota desse apoio, seria importante. Assim, lançou o repto para que, em sede do presente Conselho Municipal, possam contar com esse apoio na solicitação da autorização para a criação da Divisão de Policiamento Comunitário.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte disse que tem sido feito um esforço no sentido destacado pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, relativamente à componente humana das forças policiais da Cidade.

Afirmou que já foi possível obter da Senhora Ministra da Administração Interna a iniciativa de abertura de um concurso para 80 novos elementos na PM, manifestando grande satisfação por essa decisão, que correspondia a uma vontade existente desde o primeiro momento, cuja concretização não era expectável com tamanha rapidez.

Disse que gostaria que a PSP acompanhasse esse esforço, através de um reforço adicional que pudesse apoiar e complementar as forças já existentes, quer na Região Metropolitana, quer na malha urbana da Cidade.

Para além do esforço mencionado, afirmou existir vontade de, através de outro nível de intervenção no âmbito do policiamento comunitário, poderem contribuir com um reforço de pessoal dentro do quadro legal ao dispor da Câmara Municipal.

Explicou que, caso exista a concordância do CMS, o processo legislativo será mais simples. Acrescentou que o pedido ao Governo se limita à autorização para alteração do quadro de pessoal, de modo a permitir a incorporação de mais elementos.

O Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Nuno Cruz congratulou a CMP e o Senhor Presidente pela rápida promoção deste Conselho Municipal, tendo cumprimentado todos os Conselheiros presentes. Congratulou-se igualmente a apresentação da PM e solicitou a especial atenção dos Senhores Comandantes das forças policiais para a matéria que irá expor, por a considerar de extrema importância.

Afirmou que o serviço de policiamento comunitário é de extrema importância e que, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, considera a proximidade um fator fundamental. Contudo, salientou que enfrenta uma grave falta de agentes.

Referiu receber com frequência testemunhos de moradores que relatam dificuldades em obter assistência quando contactam as forças policiais, afirmando ser angustiante ouvir relatos de festas barulhentas, promovidas por jovens, que se estendem até às quatro da manhã, prejudicando o descanso de quem necessita de trabalhar no dia seguinte. Acrescentou que a falta de articulação entre as forças policiais constitui uma questão crucial para os moradores.

Explicou que, quando é referido que, se a festa ocorre num estabelecimento comercial, deve ser contactada a PM, e, se ocorrer numa habitação particular, deve ser contactada a PSP, essa



distinção gera ambiguidade e confusão, levando os moradores a questionar se terão de se deslocar ao local para apurar onde a situação ocorre.

Afirmou que o Porto é uma Cidade segura, graças ao magnífico trabalho das forças de segurança, mas salientou que a ausência de resposta em determinadas situações gera um sentimento de insegurança.

Reconheceu e declarou ser testemunha do enorme trabalho desenvolvido pelas forças policiais, apesar da carência de agentes, expressando, em nome da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a sua gratidão.

Não obstante, reforçou o seu pedido para que exista uma maior articulação entre as forças de segurança, de modo a que, através de um único pedido de ajuda dirigido a qualquer uma das duas forças policiais, os moradores possam obter uma resposta adequada.

O representante da PSP, Rui Mendes disse que o ruído constitui uma questão real. Explicou que existe uma divisão de competências entre o chamado ruído de residência, que é da responsabilidade da PSP, e o ruído em estabelecimentos comerciais, que, em decorrência do contrato interadministrativo, é da competência da PM.

Afirmou que a PSP veria com bom grado a revisão do contrato interadministrativo, de modo a que as questões relacionadas com ruído, por simplificação de processos, fossem atribuídas à PM. Referiu que o Comando Metropolitano do Porto atua em nove municípios, com a responsabilidade de garantir a segurança a 1 milhão de residentes e 700 mil pessoas da população flutuante, perfazendo um total de 1,7 milhões de pessoas. Acrescentou que há uma média de 300 ocorrências diárias em que a PSP é acionada para toda a Área Metropolitana.

Dentro do conjunto de ocorrências registadas incluem-se situações de criminalidade violenta grave, violência doméstica e outras situações muito graves que exigem uma resposta imediata. Do ponto de vista da gestão de meios e da triagem da PSP, considerou que outras situações são menos urgentes e que, muitas das vezes, verifica-se alguma demora na resposta.

Referiu que a questão do ruído está a ser abordada com base na Lei Geral do Ruído, que define diferentes competências para a PSP e a PM.

Afirmou que, do ponto de vista operacional, um dos maiores problemas que provoca tensões e perturbação social é precisamente a questão do ruído. Reconheceu a dificuldade em compatibilizar a dinâmica dos estabelecimentos de diversão noturna com a legitimidade e o direito ao descanso das pessoas que residem nas imediações.

Sugeriu, novamente, que fosse revista a atribuição das competências previstas no contrato interadministrativo, para que esta questão pudesse ser assumida pela PM.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte solicitou que a PM avaliasse rapidamente a sugestão apresentada, para que, caso seja esse o entendimento da mesma, se possa avançar com o novo modelo. Considerou que a perspetiva deve ser sempre a do cidadão,



uma vez que os poderes públicos existem para servir o cidadão da forma mais rápida e eficaz possível.

O representante da DGEsTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Luís Lobo cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora e os Conselheiros presentes.

Disse que o Programa “Não se Aceita.” é um Programa nacional de grande impacto promovido não pela Direção-Geral da Educação, mas pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que também integra o Ministério da Educação.

Salientou que o trabalho desenvolvido nas escolas é extremamente importante, uma vez que é na escola que se inicia a cidadania, sendo essencial trabalhar, desde cedo, para que os alunos compreendam o que é importante. Considerou que, se conseguirem educar as crianças desde cedo, será mais provável que, na adolescência e na vida adulta, respeitarão as normas e regras da sociedade.

Deixou um repto para que alguns dos projetos desenvolvidos com as crianças possam também ser estendidos aos pais. Explicou que o Ministério da Educação tem vindo a atuar nesse sentido, nomeadamente através da proibição do uso de telemóveis durante o período escolar, com algumas exceções. Acrescentou que têm verificado que muitos episódios de indisciplina nas escolas estão relacionados com a utilização do telemóvel.

Considerou que todos os intervenientes são importantes, embora insuficientes, para educar crianças e jovens no sentido de compreenderem, futuramente, a relevância das normas sociais e do respeito mútuo na sociedade.

Afirmou que seria um ponto relevante, caso existam meios, realizar ações direcionadas aos pais. Comentou que muitas crianças e jovens, ao regressarem a casa, encontram-se sozinhos com o telemóvel, reforçando a importância de educar os pais para restringirem, de forma adequada, o acesso a determinadas redes sociais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte agradeceu a pertinente intervenção.

Perguntou se podia considerar, por este Conselho, como aceite a ideia de apoio à criação de uma Divisão de Policiamento Comunitário na PM. Referiu que, do ponto de vista orçamental, esta questão já está prevista no Orçamento, faltando apenas uma alteração legislativa que permita a sua inclusão na orgânica da PM.

Os Conselheiros presentes apoiaram a iniciativa.



4. Outros Assuntos

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Marta Massada cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora, os Senhores Presidentes de Junta e os Conselheiros presentes.

Congratulou todos os presentes pelo facto de, na presente reunião, existirem mais propostas concretas. Referiu que, pelas atas de reuniões anteriores, estas reuniões tinham maior enfoque no diagnóstico, e considerou relevante que agora surjam propostas concretas.

Disse que a prevenção do crime através do desenho urbano, designada pela sigla CPTED – Crime Prevention Through Environmental Design (Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental), tem sido mencionada como um dos principais fatores dissuasores do crime. Considerou que esta abordagem apresenta uma clara relação custo-benefício favorável, não envolve os problemas informáticos apontados pela Senhora Procuradora, nem as questões relacionadas com a proteção de dados, sendo, na sua opinião, algo fácil de implementar.

Mencionou que, há um tempo, em conversa informal, apresentou uma sugestão oficiosa ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Pedro Teichgraber, no âmbito do desenho urbano, que não se limita apenas à iluminação inteligente, mas também aos *hotspots* mencionados pelo Senhor Superintendente e à configuração das vizinhanças, com o objetivo de impedir a progressão de situações de risco. Referiu, ainda, a questão da iluminação de pontos cegos e questionou a possibilidade de derrubar os muros do Bairro da Pasteleira, considerando importante desobstruir as linhas de visão.

Acrescentou que outro aspeto destas políticas de desenho urbano passa pelo uso ativo dos espaços, nomeadamente no comércio, lazer, espaços verdes e parques infantis. Considerou esta medida simples e relevante, mencionando que já havia sido referida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal durante a campanha eleitoral.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte corroborou, na íntegra, o que foi referido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Considerou que deve ser feita uma aposta nessa componente. Informou que já solicitou aos Serviços que, até ao final de janeiro, fosse apresentado um plano de iluminação inteligente. Referiu que, em função desse plano, terão a oportunidade de o avaliar e, caso se justifique, o presente Conselho poderá pronunciar-se.

Acrescentou que ainda se encontram numa fase mais técnica, em que estão a avaliar e a apresentar a proposta.

A representante da Associação de Comerciantes, Anabela Barbetto submeteu a sua proposta de deliberação, deixando à consideração da mesa se será discutida na presente reunião ou analisada num Conselho posterior.

Referiu que muitas das propostas estão intrincadas nos pontos que têm vindo a ser discutidos.



Relativamente à questão da iluminação, destacou que, por diversas vezes, foi referido que grande parte da segurança da Cidade também depende da configuração da arquitetura urbana. Explicou que existem várias artérias em que a luz se encontra acima da copa das árvores, o que faz com que, no verão, quando as árvores estão com a folhagem densa, a luz não penetre adequadamente e as ruas fiquem praticamente às escuras. Mencionou como exemplo a localização da própria Associação de Comerciantes. Congratulou-se pelo facto de já terem sido verificadas alterações, nomeadamente o reposicionamento da iluminação abaixo da copa das árvores.

Sublinhou que este caso evidencia como pequenos atos podem contribuir significativamente para a segurança, incluindo a segurança de quem circula pelas artérias.

Por fim, informou que entregará o documento, deixando à consideração da mesa a sua apreciação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte solicitou que, relativamente à proposta de deliberação, esta seja enviada para análise. Sugeriu que fosse submetida a votação, permitindo que todos a avaliassem com ponderação.

Acrescentou que, durante as suas corridas ao anoitecer, a visibilidade das ruas é frequentemente insuficiente, comprometendo a integridade física, uma vez que em muitas ruas da Cidade do Porto não é possível visualizar corretamente o piso. Salientou, ainda, que esta situação pode, por vezes, favorecer comportamentos criminosos.

A representante da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, Ilda Afonso disse que a UMAR possui um centro de atendimento a vítimas de violência doméstica e de género na Avenida Camilo, no Porto.

Referiu que realizam atendimento a vítimas há 20 anos e, até ao momento, apesar de terem recebido ameaças de agressores – incluindo tentativas de arrombamento – nunca precisaram de chamar a PSP, conseguindo sempre resolver as situações diretamente com os agressores.

Destacou, no entanto, uma situação ocorrida em setembro de 2025, em que o agressor teve acesso a um processo nas EMAT – Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais na Justiça – e tomou conhecimento de que a mãe da sua criança recebia atendimento na UMAR e apoio habitacional. Afirmou que se trata de uma pessoa perigosa que já se deslocou ao Centro da UMAR. Informou que o caso foi reportado ao Comando Metropolitano do Porto, ao Ministério Público e à PSP.

Referiu que, durante a realização de um evento público de homenagem às mulheres assassinadas, realizado na Junta de Freguesia do Bonfim, temeu a presença deste homem, mas não obteve qualquer resposta por parte das autoridades.

Considerou que, se as organizações que prestam atendimento a vítimas de violência doméstica são convidadas a participar neste Conselho, deveria haver consideração e uma resposta eficaz por parte das autoridades quando solicitam ajuda. Sublinhou que esta foi a única vez em 20 anos que solicitou apoio e não obteve resposta.



Realçou que o agressor em questão fez sérias ameaças aos trabalhadores e às vítimas da UMAR. Destacou que o Centro oferece apoio psicológico para crianças, que circulam diariamente nas instalações e que qualquer agressão causaria grande alarme social. Referiu ainda que o indivíduo está identificado pela PSP e pelo Ministério Público nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia e Gondomar, e que já agrediu técnicas de uma organização que o acompanhava, tendo sido solicitado o seu internamento compulsivo, mas que a PSP informou que não o conseguiu localizar. Afirmou não conseguir compreender esta situação.

Manifestou profunda tristeza, destacando que, apesar da colaboração contínua da UMAR com a PSP e o Ministério Público ao longo dos anos, parece existir desconhecimento relativamente à organização e ao seu trabalho.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte agradeceu a chamada de atenção feita pela representante da UMAR.

Manifestou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela UMAR junto das mulheres vítimas de violência, considerando que a situação relatada justifica a inquietação e ação adequada.

Considerou que poderá ter ocorrido alguma falha no sistema, resultando na divulgação de informação que não deveria ter circulado e na quebra de confidencialidades.

Referiu que as utentes da UMAR têm direito a proteção. Comentou que, pelo conhecimento que possui e sendo testemunha do trabalho desenvolvido pela PSP no combate a este tipo de crime, existe efetivamente um problema que deve ser resolvido. Solicitou, assim, ao Ministério Público e à PSP que procurem compreender a situação e identificar a resposta adequada.

A representante do Ministério Público, Maria Teresa Tomé disse que não conhece o caso em concreto e não tem acesso ao processo, por se encontrar em outras secções que não estão relacionadas.

Manifestou surpresa pelo facto de, tendo sido comunicada a situação preocupante e perigosa, com factos e datas concretas, nenhuma medida ter sido tomada.

Referiu que, sem conhecer o caso específico, é necessário que a comunicação seja efetuada de forma adequada e direta ao Ministério Público e à polícia responsável pela investigação e acompanhamento destes processos, nomeadamente de violência doméstica, incluindo a identificação da pessoa em questão, o local onde se encontra e as respetivas moradas.

Concluiu, afirmando que lhe custa a acreditar que nenhuma ação tenha sido tomada relativamente a este assunto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Pedro Duarte disse que se trata de um caso concreto que não poderá ser debatido neste Conselho, por não se dispor de toda a informação necessária.

Considerou que fará sentido promover algum contacto entre as partes envolvidas, de modo a procurar uma solução para a situação.



Nada mais havendo a tratar, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Pedro Duarte**, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da CMP, Pedro Duarte.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



(Pedro Duarte)

Anexo I
Lista de Presenças

Porto.

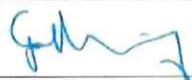
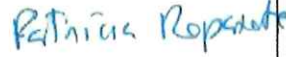
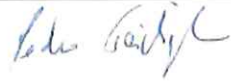
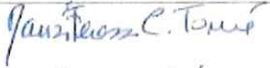
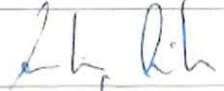
Conselho Municipal de Segurança

(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)

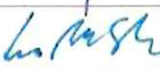
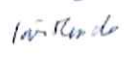
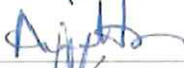
Reunião de 19/01/2025

Lista de Presenças

Página 1 de 3

Entidade	Representante	assinatura
Câmara Municipal do Porto	Pedro Miguel Azeredo Duarte	
Assembleia Municipal do Porto	Marta Maria Teixeira de Oliveira Massada	
Pelouros da Coesão Social, Saúde, Proteção Civil, Habitação e dos Recursos Humanos	Gabriela Loureiro Queiroz	
Junta de Freguesia do Bonfim	João Luis Dias Santos Ferreira	
Junta de Freguesia de Campanhã	Paulo Jorge Pinto Ribeiro	
Junta de Freguesia de Paranhos	Carla Bréa	
Junta de Freguesia de Ramalde	Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar	
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Francisco Lourenço	
União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Nuno Filipe Teixeira da Cruz	
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Pedro Jorge Ribeiro Teichgraber	
Ministério Público	Maria Teresa Castro Soares Tomé	
Polícia Judiciária do Porto	António Pinto	
Comando Metropolitano da PSP do Porto	Rui Mendes	



GNR – Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto	Paulo Jorge André Serra	
Serviço Municipal de Proteção Civil	Luís Moutinho	
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Luís Coimbra	
Polícia Municipal do Porto	Afonso Sousa	
Bombeiros Voluntários do Porto	Luís Silva	
Bombeiros Voluntários Portuenses	António Tavares	
Regimento de Sapadores Bombeiros	Ricardo João Neto Pereira	
União Distrital das Instituições Privadas de Solidariedade Social	Inês Mendes	
Associação Empresarial de Portugal	Gonçalo Medeiros	
Associação Comercial do Porto	Nuno Botelho	
Associação de Comerciantes do Porto	Anabela Barbato	
DGEsTE - DSRN	Luís Carlos Lobo	
Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde	Jorge Pimenta	
Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP	Conceição Reis	
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género	Nuno Gradim	
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	Ana Castro Sousa	

CPCJ de Porto Central	Carla Gonçalves	<i>Carla Gonçalves</i>
CPCJ de Porto Oriental	Márcia Barbosa	<i>MB</i>
CPCJ de Porto Ocidental	Verónica da Silva	<i>VS</i>
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Ilda Maria Rodrigues Afonso	<i>Ilda Maria Rodrigues Afonso</i>
ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Augusto Torbay	<i>Augusto Torbay</i>
IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes		
Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte	Margarida Rocha	<i>MR</i>
IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária	Ronaldo Otero	<i>RO</i>

*AUTORIDADE DE
SAÚDE - ULS SANTO ANTÓNIO*

*MARIA AMÉLIA
MOREIRA*

mx

P/L

Anexo II

Apresentação Polícia Municipal "Policimento de Visibilidade" – Ponto 2



Policimento de Visibilidade

Porto.

Policimento de visibilidade

- Policiamento específico a acrescer à restante atividade operacional
- Potenciar os níveis de visibilidade policial em áreas específicas
- Promover o sentimento de segurança dos cidadãos
- Em coordenação com a Polícia de Segurança Pública

Ações de policiamentos de visibilidade (2025)	
Novembro (25 a 30/11)	Dezembro
42	199

Polícia.

Porto.

Locais de policiamento de visibilidade

- Permanência de polícias uniformizados e apeados, durante determinados períodos de tempo;
- Locais de grande concentração ou circulação de pessoas;
- Definidos de acordo com os períodos de maior fluxo de pessoas.

Polícia.

Porto.

Locais de policiamento de visibilidade

- Definidos por toda a área de responsabilidade do município do

Porto

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|
| • Avenida da Boavista | • Avenida do Brasil |
| • Avenida dos Aliados | • Campo 24 de Agosto |
| • Campo Mártires da Pátria | • Esplanada do Castelo |
| • Estação de Campanhã | • Estação do Metro da Trindade |
| • Estação Polo Universitário | • Mercado do Bolhão |
| • Parque da Cidade | • Praça da Batalha |
| • Praça do Marquês | • Ribeira/Ponte Luís I |
| • Rua D. Manuel II | • Rua de Santa Catarina |
| • Terminal Intermodal de Campanhã | • Terreiro da Sé |
| • Zonas Urbanas Sensíveis | |

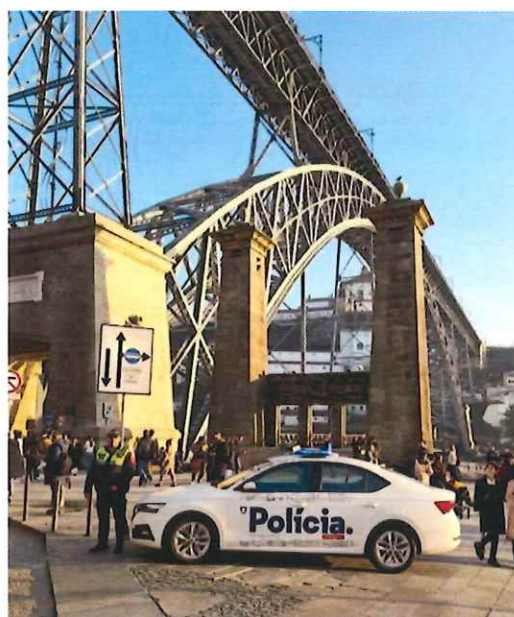
Polícia.

Porto.



Polícia.

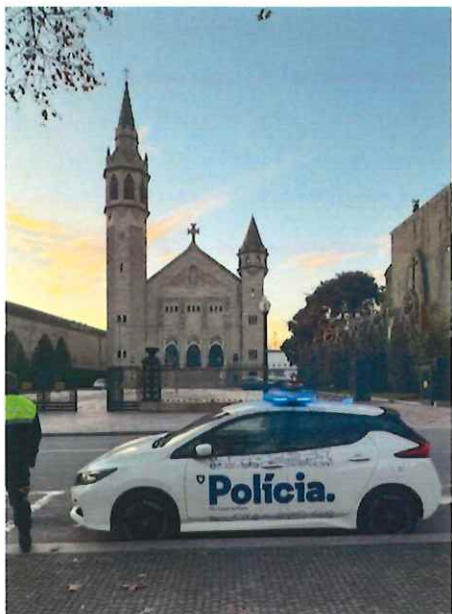
Porto.



Polícia.

Porto.

PVL.



Polícia.

Porto.



Polícia.

Porto.

PVL



Polícia.

Porto.



Polícia.

Porto.

PVL.



Polícia.

Porto.



Polícia.

Porto.

P/L



Polícia.

Porto.



Polícia.

Porto.

PVL.



Polícia.

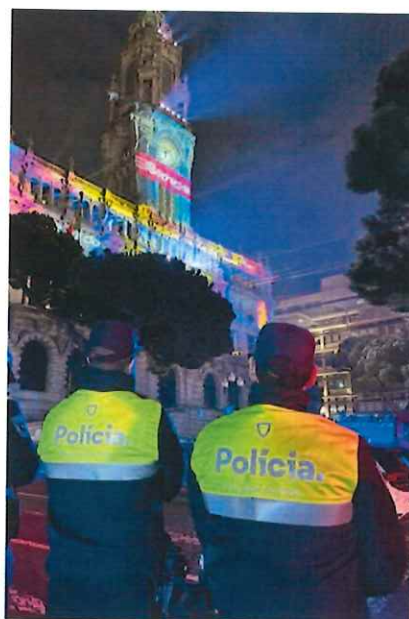
Porto.



Polícia.

Porto.

PVL.



Polícia.

Municipal do Porto

Porto.

PVL

Anexo III

Apresentação Polícia Municipal "Policiamento Comunitário do Porto" – Ponto 2



Eixos estratégicos

- Comunidade Educativa
- Comunidade Sénior
- Comunidade de Pessoas com Deficiência
- Sinalização/monitorização de cidadãos em situação de sem-abrigo



PVL

**Comunidade
educativa**
Bullying e
Ciberbullying

Campanha
“Não se aceita, ponto!”



Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

**Comunidade
educativa**
Bullying e
Ciberbullying

Campanha
“Não se aceita, ponto!”



2025	
Nº ações	Total público abrangido
32	839

Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

PVL

Comunidade educativa

Prevenção da Violência no ciclo de vida



Policamento Comunitário do Porto

CONFERÊNCIA

Prevenção da violência escolar: o bullying não reina aqui!

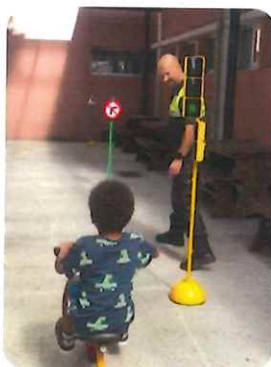


Polícia.

Porto.

Comunidade educativa

Prevenção Rodoviária



Policamento Comunitário do Porto



Polícia.

Porto.

PVL

Comunidade educativa Prevenção Rodoviária



2025	
Nº ações	Total público abrangido
44	1419

Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa Exposição de Meios da PM



Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

PVL

Comunidade educativa Exposição de Meios da PM



2025	
Nº ações	Total público abrangido
10	790

Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa Dá + 5 à Polícia



DÁ + 5
à Polícia



Polícia.

Porto.

Policamento Comunitário do Porto

Handwritten signature

Comunidade educativa

Dá + 5 à Polícia



Policamento Comunitário do Porto

2025	
Nº ações	Total público abrangido
21	444

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa

Proteção Animal



Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa Proteção Animal



Policimento Comunitário do Porto

2025	
Nº ações	Total público abrangido
34	1183

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa Prevenção Ambiental Projeto "Fumo 0"

COIMA
de 150 Euros
a 500 Euros

Artigo 41.º e 42.º do art. 11.º da Lei da Pol.ª,
aprovada em 2014 (Lei 10/2014),
de 20 de janeiro.

Policimento Comunitário do Porto



Comunidade educativa Prevenção Ambiental

Projeto “Fumo 0”



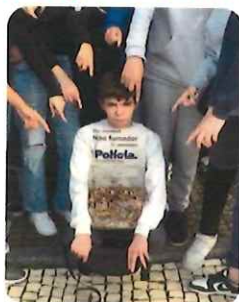
Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade educativa Prevenção Ambiental

Projeto “Fumo 0”



2025	
Nº ações	Total público abrangido
13	703

Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade Sénior Prevenção Comportamentos de Risco



Policimento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade Sénior Prevenção Comportamentos de Risco



Policimento Comunitário do Porto

2025	
Nº ações	Total público abrangido
14	348

Polícia.

Porto.

PVL

Comunidade Sénior Esclarecer para prevenir



Policamento Comunitário do Porto



Polícia.

Porto.

Comunidade Sénior Esclarecer para prevenir



Policamento Comunitário do Porto

2025	
Nº ações	Total público beneficiário
14	343

Polícia.

Porto.

Comunidade Sênior

Projeto

"Estamos Juntos" Teleassistência



2025	
Solicitação monitorização DMCS	Sinalização SPC (grupos avaliação de equipamento 14)
8	15

Policimento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

Comunidade de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais

Promoção da autonomia na vida quotidiana



Policimento Comunitário do Porto



Polícia.

Porto.

P.L.

Comunidade de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais

Promoção da autonomia na vida quotidiana



Policamento Comunitário do Porto

2025	
Nº ações	Total público abrangido
18	295

Polícia.

Porto.

Comunidade sem-abrigo

Sinalização, Encaminhamento e Monitorização



Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

PVL

Comunidade sem-abrigo

Sinalização, Encaminhamento e Monitorização



Policamento Comunitário do Porto

2025
Sinalização / Monitorização SPC
188 ocorrências

Polícia.

Porto.

Serviço de Policiamento Comunitário

Aposta estratégica

- 12 polícias em permanência
- Apoio de vários serviços da Polícia Municipal
- Reforço de efetivo policial
- Reforço no mapa de pessoal de 2026
 - 2 Técnicos Superiores
 - 1 Fiscal Coordenador
 - 12 Fiscais
 - 1 Coordenador Técnico
 - 12 Assistentes Técnicos

Polícia Municipal do Porto vai receber 80 novos efetivos

19 de dezembro de 2025 • Porto • [Notícia](#)



Policamento Comunitário do Porto

Polícia.

Porto.

PVL

Policiamento
Comunitário
do Porto

PARTICIPA NA SEGURANÇA

Polícia.

Porto.

PVL